

A GEOPOLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DA VISÃO BRASILEIRA SOBRE A BOLÍVIA

THE GEOPOLITICS IN THE CONSTRUCTION OF THE BRAZILIAN VISION ABOUT BOLIVIA

Diego Pereira de Siqueira^()*

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a maneira como foi construído, entre setores intelectuais ligados às forças armadas e ao aparelho de Estado brasileiro, uma determinada ideologia a respeito do papel da Bolívia para a hegemonia do Brasil dentro do subsistema regional sul-americano. Sustenta que essa ideologia tem por seus fundamentos conceitos geopolíticos elaborados pela primeira vez durante a disputa das principais potências europeias por novos mercados, e, aplicados ao caso sul-americano, orientaram a política externa brasileira com o objetivo de impor uma “satelitização” da Bolívia e a captura de seus recursos naturais, em especial o gás. Chegamos assim à conclusão de que os esquemas de integração regional liderados pelo Brasil, surgidos a partir da década de 1990, podem ser vistos como uma atualização dessas teses geopolíticas.

Palavras-chave: Geopolítico, hegemonia brasileira, gás boliviano.

Abstract: This article aims to analyse the way a particular ideology was constructed, between intellectual sectors linked to the armed forces and the Brazilian state apparatus, about the role of Bolivia for the hegemony of Brazil within the South American regional subsystem. It argues that this ideology has as its foundations geopolitical concepts developed for the first time during the dispute of the major European powers for new markets, and, when applied to South American scenario, guide Brazilian foreign policy aiming to impose a “satellitisation” of Bolivia to capture its natural resources, especially gas. Thus we come to the conclusion that regional integration schemes led by Brazil, emerged during the 1990s, can be seen as an update of these geopolitical theses.

Key Words: Geopolitics, Brazilian hegemony, Bolivian gaz.

(*) Mestre pelo Programa de Integração da América Latina (PROLAM) da USP. E-mail: <diegoig.cpm@ig.com.br>. Recebido em 24.08.2012 e aceito em 11.10.2012.

GEOPOLÍTICA: CONCEITOS E PRECURSORES

Pode-se encontrar a origem da geopolítica enquanto um sistema definido de proposições no pensamento de Friedrich Ratzel (1844-1904), professor de geografia nas cidades de Munique e Leipzig e autor da obra *Antropogeografia*. Pretendendo aplicar a Geografia à História, seu pensamento está marcado por um intenso organicismo e determinismo, duas tendências muito em voga na época: Ratzel acreditava que o Estado seria um ser vivo, orgânico, que crescia como todo ser vivo e que, crescendo, sentia necessidade de expansão. Afirmava ainda que, sendo uma entidade orgânica, era da natureza do Estado “romper as barreiras inorgânicas dos limites políticos, se assim o exigia a sua atividade vital” (CHIAVENATO, 1981, p. 13).

No entanto, o termo “Geopolítica” surge apenas com Rudolf Kjellen (1864-1922), no livro *O Estado como uma forma de vida*, em 1916. Kjellen, professor da Universidade de Gotemburgo, segue a visão organicista de Ratzel, com a diferença que dá um rigor conceitual maior à ciência que batizou: “A Geopolítica é o estudo do Estado como organismo geográfico, ou seja, como fenômeno localizado em certo espaço da Terra, portanto, do Estado como país, como território, como região ou, mais caracteristicamente, como domínio político.” Diferenciando a geopolítica da geografia política, ele sustenta que “a geopolítica sempre tem em vista o Estado como unidade e contribui para o entendimento de sua natureza, enquanto que a geografia política estuda a Terra como sede de comunidades humanas, com respeito a seus atributos” (CHIAVENATO, 1981, p. 14-15).

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, o conceito de *heartland* seria relativizado pelo conceito de poder marítimo, formulado pelo almirante norte-americano Alfred Thayer Mahan (1840-1914), para quem a grandeza de uma nação dependia de seu comércio no além-mar, o comércio dependia do poder marítimo e o poder marítimo, das colônias (BANDEIRA, 2009, p. 51). A ascensão dos EUA ao *status* de potência mundial deveu-se muito à sua marinha mercante, e esta por sua vez exigia uma marinha de guerra para protegê-la. A expansão marítima norte-americana, ao tomar posse dos últimos remanescentes do império espanhol, como Porto Rico, Filipinas e Cuba, além da anexação do Havaí e do controle do istmo do Panamá, era norteada pela necessidade da instalação de centros logísticos para o abastecimento de seus navios, com vistas à projeção de seu poderio sobre a Ásia e a América Central.

Partindo dessas primeiras elaborações, podemos chegar às modernas definições de geopolítica. Para José W. Vesentini:

A palavra geopolítica não é uma simples contração de geografia política, como pensam alguns, mas sim algo que diz respeito às disputas de poder no espaço mundial e que, como a noção de PODER já o diz (poder implica em dominação, via Estado ou não, em relações de assimetria enfim, que podem ser culturais, sexuais, econômicas, repressivas e/ou militares, etc.), não é exclusivo da geografia.⁽¹⁾

(1) VEZENTINI, José William. “O que é Geopolítica? e Geografia Política?” *Geocritica*. Disponível em: <<http://www.geocritica.com.br/geopolitica.htm>>. Acessado em: 14.jul./2010.

Feitas essas preliminares, podemos passar a um exame do pensamento geopolítico brasileiro e suas projeções sobre a realidade boliviana.

GEOPOLÍTICA BRASILEIRA: SEUS PRIMÓRDIOS

A Geopolítica no Brasil começa a tomar forma com o general Everardo Backeuser, que foi o primeiro a estimular seu estudo entre os militares. *Backeuser*, ao criar e ministrar o Curso de Geopolítica na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1948). Mas é com o então capitão Mário Travassos que a geopolítica brasileira passa a ter uma elaboração original, a partir da publicação de seu livro *Projeção continental do Brasil*. Nesta obra, Travassos estabelece as bases que irão orientar todos os estudos geopolíticos brasileiros depois dele e estarão implícitas na política seguida pelo regime militar brasileiro a partir do golpe de 1964. Por sua importância, iremos nos deter um pouco nelas para compreender o seu papel na formulação das políticas de Estado no Brasil pós-64.

Para Travassos, havia dois antagonismos de massas continentais na América do Sul: do Atlântico contra o Pacífico e da Bacia do Amazonas contra a Bacia do Prata. Tais antagonismos consistiriam em forças centrífugas, criadas pela conjugação entre geografia e povoamento humano, aos quais teriam maior ou menor possibilidade de atuarem como meios de atração para o escoamento dos produtos produzidos no interior, tornando-se assim polos que regeriam toda a vida econômica das regiões sob sua influência e vias de entrada para os territórios do interior. O primeiro antagonismo abarca todo o continente. Chamado por Travassos de “o mar solitário”, o Pacífico era um oceano com muito menos navegação, e com uma circulação de riquezas muito menor do que a efetuada no Atlântico, e os países sul-americanos por ele banhados sofriam a desvantagem de estarem muito longe dos centros internacionais europeus da época, ao contrário da vertente do Atlântico. Esse fato era ainda mais grave para os países “mediterrânicos”, Bolívia, Paraguai e partes do Peru, que se localizavam no centro do continente e precisavam de uma fonte de escoamento para seu comércio. Daí a importância do segundo antagonismo fundamental na América do Sul.

O antagonismo do Amazonas contra o Prata seria o mais importante, pois é por intermédio do Prata que a vertente do Pacífico procuraria neutralizar suas desvantagens naturais para chegar ao mercado europeu. Cada uma das duas bacias tem sua origem no planalto boliviano, no próprio centro do continente e, a partir daí, se separam em direções diferentes, uma para o norte e outra para o sul, cada uma exercendo uma profunda influência sobre as regiões percorridas por ela até desaguiarem no leste, em direção à Europa. “Ainda por essas duas formidáveis válvulas de segurança, em contacto direto com a civilização europeia, é que a vertente pacífica vai escapar a influências estranhas que seus vales longitudinais possam atrair e canalizar.” (TRAVASSOS, 1935, p. 25.)

Travassos equaliza dessa forma tal antagonismo (1935, p. 113-114):

Em primeiro lugar, admitimos os dois imensos brasis que se procuram até as mais longínquas regiões da parte central do continente, representando ambos verdadeiros territórios de penetração,

tendo como base o litoral atlântico. São eles o Brasil Amazônico e o Brasil Platino. (...) O Brasil Platino, apesar de requerer meios artificiais para unir-se ao oceano, dispõe de portos com suficiente capacidade de atração na costa e dos estímulos dos dois países mediterrâneos que reagem contra a força centrípeta do Prata: o sul do Mato Grosso, prolongando os territórios de São Paulo e Paraná, representa sua força de penetração.

Do ponto de vista do Brasil, tal antagonismo é agravado pela força convergente do Prata, que à época levava para Buenos Aires a influência sobre as bacias de seus formadores, os rios Uruguai, Paraná e Paraguai, todos os três mergulhando fundo no território brasileiro, além da rede de comunicações platinas que, conjugando via férrea e fluvial, alcançava o planalto boliviano e potencializava ao máximo a influência portenha sobre o centro do continente. Travassos não esconde sua admiração por tal empreendimento:

Com efeito, o quadro político argentino é, em nosso continente, exemplo notável do que de melhor se admita, no ponto de vista doutrinário, sobre o assunto. (...) Traduz, exatamente, ação coordenadora sobre os fatores geográficos e humanos condicionados pela nação argentina. Define com precisão as tendências, as necessidades e possibilidades do povo argentino, em si e em relação aos demais. (...) Se nas ligações Buenos Aires-Santiago e Buenos Aires-Assunción essa repercussão não ultrapassava os limites de suas naturais consequências, da ligação Buenos Aires-La Paz advêm reflexos capazes de repercussão até mesmo sobre a economia continental. (1935, p. 29.)

Nesse contexto geopolítico, se afirmará cada vez mais a importância do planalto boliviano como ponto convergente do antagonismo do Prata e do Amazonas, ao qual o Brasil precisaria conquistar para neutralizar a influência da Argentina sobre o continente. Para isso, bastaria aproveitar as vantagens naturais da posição brasileira. Aplicando a teoria das “fronteiras vivas” de Ratzel para o caso brasileiro, Travassos (1935, p. 114-115) vai dizer que:

Consideradas também a extensão e a natureza das fronteiras terrestres com as nações hispano-americanas (vivas quanto ao Brasil da Bacia do Prata e mais ou menos mortas quanto ao Brasil amazônico), e o problema econômico da vertente atlântica sobre a do Pacífico, é evidente a importância decisiva dessas duas regiões nos vastos domínios não só da política interna, mas também da política continental. (...) Representam duas regiões convergentes em relação ao próprio centro geográfico do continente (altiplano boliviano), seja por meios artificiais (porto de Santos — rede Paulista-Noroeste), seja por vias de comunicação mais espontâneas, como são os rios da bacia amazônica.

Partindo dessas considerações, Travassos irá elaborar um conceito que lembra a teoria de Mackinder sobre a “ilha mundial”, ao estabelecer então um “heartland” sul-americano: o triângulo compreendido entre Sucre, Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra, onde estaria a “chave” para o equilíbrio do poder no subcontinente, por se conjurem nessa área todos os principais antagonismos do subcontinente. Portanto, o Brasil teria um interesse capital nos eventos internos e externos bolivianos:

Com efeito, a situação da Bolívia é hoje das mais delicadas. Amarrada geologicamente à Cordilheira dos Andes, sofre diretamente os efeitos das discordâncias entre o Chile e o Peru. Traba-

lhada pelas bacias amazônica e platina, oscila, instável, entre a Argentina e o Brasil. Como a verdadeira amputada da Guerra do Pacífico, e ante a indiferença brasileira, teve que sujeitar-se, sem direito de escolha, à influência argentina. (...) E de todo esse exame pode-se fixar de modo categórico o sentido político da Bolívia como o centro geográfico do continente e a causa eventual de conflito armado, cujo vulto poderá mesmo assumir o caráter de verdadeira conflagração. (1935, p. 63-64)

Para resolver o “problema” da hegemonia brasileira, “apenas se trata de deslocar o centro de atração da região de Cochabamba a Santa Cruz, inclusive porque a atração oferecida por Cochabamba é, por assim dizer, artificial, produto das facilidades de comunicações de que desfruta; em troca, Santa Cruz representa realmente o verdadeiro centro de gravidade da economia do altiplano”. Este conceito do “triângulo boliviano” será de importância capital para o posterior desenvolvimento da geopolítica brasileira, e ecos seus podem ser encontrados na política exterior do regime militar.

Para enfatizar a importância que dava à questão das fronteiras bolivianas, Travassos vai dizer que:

As características brasileiras, tanto políticas como econômicas, resultantes de sua tradição histórica como de sua situação geográfica, determinam um verdadeiro imperativo para o Brasil, ao qual, naturalmente, sua política não poderá escapar. (...) Para expressar melhor essa afirmação, poderíamos dizer que, para a política brasileira, a Bolívia deste século é o Uruguai do século passado, agravando as questões pela colocação deste foco de controvérsias políticas sobre o próprio flanco do território brasileiro em sua parte mais sensível, dada a natureza viva de nossas fronteiras sudoeste e sul. Para completar este esboço, é preciso não se esquecer do território paraguaio, espécie de prolongamento de toda a angústia concentrada no território boliviano. (1935, p. 168)

O contexto geral em que Travassos desenvolve suas ideias está marcado pela Revolução de 30, cujo propósito de fortalecimento e modernização do Estado brasileiro encontra eco na obra do jovem capitão. Uma das preocupações do novo regime e dos círculos militares favorecidos com sua ascensão estava relacionada à segurança das fronteiras brasileiras, em especial com os estados platinos (Argentina e Paraguai), alvos de contestações e até de guerras no século anterior, e da vasta região amazônica, largamente desabitada e cujos marcos não estavam ainda bem delimitados e, portanto, poderiam ser alvo de futuras disputas.

Assim, será uma preocupação constante nas obras dos geopolíticos brasileiros o fortalecimento das fronteiras brasileiras e a ocupação do “vazio geopolítico” amazônico, eliminando o perigo da sua perda para algum país vizinho. A segunda obra mais importante de Mário Travassos será, de fato, um estudo a respeito da *Introdução à Política de Comunicações Brasileiras*, prefaciado por Gilberto Freyre. Segundo o general Meira Mattos, “as soluções sugeridas por Travassos visando à superação dos óbices oferecidos pela geografia sul-americana situam-se na realização de uma política de transportes que neutralize, a nosso favor, os desequilíbrios potenciais oferecidos pelos antagonismos fisiográficos existentes. Propõe que se implante ou se complete (quando for o caso) uma rede ferroviária carreadora para os portos brasileiros do Atlântico — Santos, Paranaguá,

São Francisco, Porto Alegre e Rio Grande — as influências platinas sobre as regiões inferiores brasileiras das bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. Propõe a chegada de nossos trilhos a Santa Cruz de La Sierra e daí, a Arica, articulando as grandes regiões platina (Atlântica) e andina (Pacífico). Sugere a construção de ramais da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil para a República do Paraguai. Em termos de vertebração da massa continental sul-americana, sugere ampla conjugação das redes ferroviária, hidroviária e aérea, além de propor a criação de um sistema aéreo interligando todas as capitais dos países de nosso subcontinente austral, superando assim, temporariamente, as dificuldades de tráfego terrestre oferecidas pelos obstáculos geográficos” (MEIRA MATOS, 1975, p. 52).

Uma importante preocupação dos militares brasileiros na época era o temor ao expansionismo da Argentina e a preparação para um possível confronto com o país vizinho. Isso porque a Argentina, no começo dos anos 1930, estava em melhores condições que o Brasil para estender sua influência até o Oriente boliviano por meio da bacia do Prata e da construção de uma malha viária que fizesse a economia da região gravitar em torno do porto de Buenos Aires. Segundo Brum Vieira (2006, p. 54), para os geopolíticos brasileiros, em especial os de formação militar, a “hegemonia brasileira sobre a América do Sul, portanto, levaria à necessidade de neutralizar a suposta hegemonia da Argentina sobre a Bolívia e, acessoriamente, também sobre o Paraguai”.

Mário Travassos (1935, p. 63), em seu livro, já demonstra sua preocupação com a influência argentina sobre a Bolívia:

(...) a situação da Bolívia é hoje das mais delicadas (...). Trabalhada pelas bacias amazônica e platina, oscila, instável, entre a Argentina e o Brasil. Como a verdadeira amputada da Guerra do Pacífico e ante a indiferença brasileira, teve de sujeitar-se, sem direito de escolha, à influência argentina.

Para mudar essa situação, ele propõe a construção de uma malha ferroviária brasileira, ligando Santa Cruz a Corumbá, para, desse modo, “criar uma via de acesso ao Atlântico para a Bolívia pelo território brasileiro até Santos, desviando o fluxo comercial daquele país do eixo vertical platino” (1935, p. 86).

GEOPOLÍTICA BRASILEIRA NA GUERRA DO CHACO

A Guerra do Chaco (1932-1935), entre Bolívia e Paraguai, foi acompanhada ativamente pelos círculos militares brasileiros e argentinos, que a viam não como um conflito puramente bélico entre terceiras nações, mas como um evento que envolvia questões geopolíticas e de projeção sobre o centro do continente. Para vários militares brasileiros, uma guerra contra a Argentina era uma hipótese muito concreta em meados da década de 1930, caso o avanço paraguaio sobre a Bolívia se concretizasse (SILVEIRA, 2009, p. 662).

O Paraguai recebia apoio informal da Argentina, apesar desta ter de clarado sua neutralidade no conflito, e sua vitória sobre a Bolívia e a conquista do Chaco eram

encarados pelos militares brasileiros como uma vitória das ambições platinas sobre os desejos de projeção brasileiros. Silveira (2009) faz um interessante estudo sobre “A visão militar brasileira da Guerra do Chaco”. Nele, analisa um relatório do General de Divisão Waldomiro Castilho de Lima, membro do Conselho Superior de Guerra, que estuda a guerra do Chaco em sua relação com o interesse nacional brasileiro. Para Silveira, o documento é importante porque mostra que “a posição central da Argentina nas projeções estratégicas brasileiras, atualizada para a década de 1930 por Mário Travassos, encontra, concretamente, notável instrumentalização no meio militar” (2009, p. 659).

O general faz uma inquietante constatação sobre o equilíbrio de poder e a supremacia militar na América do Sul: “O Brasil perdeu a supremacia militar sul-americana que possuía até a época da Guerra do Paraguai” (p. 659), diz logo em sua primeira página. Depois, discorre sobre a situação militar argentina, que chama de “potência de primeira grandeza no nosso continente”, uma constatação que era consenso e preocupava os nossos militares: a Argentina desfrutava de superioridade em praticamente todos os setores estratégicos, como transportes, aviação, artilharia, infantaria e marinha.

No plano estratégico mais amplo, “considerava-se praticamente inevitável a união dos Estados hispano-pletinos contra o Brasil”, liderados pela Argentina. De fato, “parecia bastante presente a hipótese de que o confronto boliviano-paraguaio conduzisse Brasil e Argentina à guerra”. Havia também a questão dos interesses norte-americanos da região, em especial os da petrolífera *Standard Oil*, que explorava petróleo no território dos prováveis aliados do Brasil: Chile, Peru e Bolívia. A perspectiva de se encontrar ricas jazidas no território em disputa (que ao final não se materializou) foi um dos motivos para a eclosão das hostilidades. O presidente da Bolívia, Daniel Salamanca, imaginava que a região dispunha de reservas de petróleo suficientes para abastecer o mundo e tirar o país do subdesenvolvimento e, para isso, precisava apenas de acesso ao Oceano Atlântico, pelo rio Paraguai e pelo estuário do Prata (BANDEIRA, 1998, p. 175). O presidente do Paraguai, Eusébio Ayala, possuía uma opinião semelhante, e sua esperança era conquistar o território, para assim ressarcir o Paraguai dos custos de guerra.

Para o general brasileiro Castilho de Lima, em sua análise dos interesses americanos na região, “o pensamento estratégico brasileiro vê como coincidentes os interesses do Brasil e dos EUA no subcontinente” (SILVEIRA, 2009, p. 665), numa tradição que começa com Rio Branco e iria se perpetuar nas elaborações geopolíticas das décadas de 1960 e 1970⁽²⁾.

A principal preocupação da diplomacia brasileira, a seu ver, deveria ser impedir a expansão do poder argentino sobre a região central da América do Sul, por meio da projeção de sua malha ferroviária sobre a Bolívia e Paraguai. Nesse contexto, a inteligência militar brasileira via com muita preocupação o avanço paraguaio sobre todo o território

(2) De fato, até Travassos, em “Projeção” (p. 89), alude ao poderio econômico norte-americano, com uma resignação que prenunciará o tom do futuro relacionamento dos militares brasileiros com o governo americano: “A influência mundial dos Estados Unidos é hoje realidade que se não discute. Cresce com a importância cada vez mais acentuada de suas relações financeiras e econômicas com os demais países. É servidão contra a qual inutilmente se debatem os que contra ela se revoltam.” (grifos nossos)

em disputa e sobre a fronteira brasileira. Temia-se que as tropas paraguaias continuassem seu avanço até o coração do continente, chegando a Santa Cruz e cortando as ligações entre o Altiplano e o Oriente. Esse movimento, se concretizado, traria sérias consequências para a posição brasileira no subcontinente (SILVEIRA, 2009, p. 660). Dada a subordinação paraguaia à Argentina, o controle militar — e, provavelmente, jurídico — do Paraguai traria todo o Oriente boliviano e, portanto, o coração continental, para a órbita da influência do Estado platino, abrindo o vale do Amazonas à sua infiltração (BANDEIRA, 1998, p. 175).

A isso o Brasil se oporia, indo até mesmo à guerra, pois para ele constituiria *casus belli* o desmembramento de qualquer parte da Bolívia, cujo estatuto territorial considerava “definitivo e não passível de quaisquer modificações” na parte em que estava jurídica e formalmente definido, admitido ou reconhecido, nas palavras do embaixador Mario de Pimentel Brandão a Alberto Ostria Gutierrez, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Bolívia (BANDEIRA, 1998, p. 187).

O que o general Castilho de Lima propunha ao Conselho Superior de Guerra para conter a expansão da influência argentina (e aqui ele mostra que assimilou bem as teses de Travassos) era elaborar um projeto próprio de ferrovias que atraísse para a órbita brasileira a Bolívia e, adicionalmente, o Paraguai: A guerra, “debilitando a economia paraguaia, transformaria o controle argentino desta economia em uma verdadeira asfixia”. Assim, se abria a possibilidade para o Brasil oferecer ao Paraguai uma saída alternativa para o Atlântico por meio de ligação ferroviária de Assunción até o eixo portuário Rio Grande-Santos (SILVEIRA, 2009, p. 664). O general é explícito no sentido estratégico dessa ligação:

(...) essas comunicações, livrando o Paraguai da dependência e despotismo econômico argentino, afastariam de nós o perigo da união íntima desse país com a Argentina, aproximando-o mais do Brasil e oferecendo-nos certa garantia de benevolente neutralidade dessa República em caso de uma guerra Brasil-Argentina.

Por outro lado, também não se devia esquecer da Bolívia. Dizendo que “não nos interessa mais a política usada pelo império, de assegurar à Bolívia uma saída pelo rio Paraguai”, ele recomenda que o Brasil auxiliasse imediatamente a Bolívia na construção da ferrovia Santa Cruz-Porto Suárez, e propondo a construção de outra, ligando Santa Cruz a Corumbá. Para o Brasil, a única forma de evitar a secessão do território do Oriente seria romper a situação de mediterraneidade boliviana oferecendo-lhe uma saída para o Atlântico alternativa ao rio da Prata, atraindo-o para a órbita brasileira. Segundo o general, essa era uma das questões mais urgentes, pois a Argentina já estava à frente do Brasil na realização de seus planos ferroviários, o que colocava o país diante de duas variáveis altamente negativas: “(...) conseguida para a Bolívia uma saída para o rio Paraguai continuarão os produtos desse país a se escoar para o Prata. Negada aquela saída, o seu plano ferroviário [da Argentina] terá mais rápida execução.” (SILVEIRA, 2009, p. 66.)

A Conferência de Paz, realizada em Buenos Aires, culminou no Tratado de Paz, Amizade e Limites, assinado por Bolívia e Paraguai em 21 de julho de 1938. Para Moniz Bandeira, “nenhum dos dois países realizou, efetivamente, seus objetivos. Nem o Paraguai conseguiu capturar a zona de petróleo, (...) nem a Bolívia pôde expandir seu

território até as margens do rio Paraguai, (...). Assim, os grandes vencedores (...) foram o Brasil e a Argentina. Ao firmarem os tratados de vinculação ferroviária, Santa Cruz de la Sierra-Corumbá e Santa Cruz de la Sierra-Yacuiba, esses dois países receberam enormes concessões para explorar um petróleo que, conforme se comprovou, jamais em grande quantidade comercial apareceu” (BANDEIRA, 1998, p. 189).

A guerra do Chaco também foi importante porque nela importantes figuras militares ligadas às esferas de tomada de decisão do governo passaram a elaborar uma política de projeção brasileira na América do Sul com claros componentes geopolíticos. Alguns traços que seriam dominantes nos geopolíticos brasileiros posteriores já estavam presentes no relatório do General Castilho de Lima: a necessidade de neutralizar a Argentina como nosso principal rival no subcontinente; a convergência de interesses entre Brasil e Estados Unidos; e a necessidade de trazer para a órbita brasileira a Bolívia e o Paraguai.

GEOPOLÍTICA BRASILEIRA NOS ANOS 1950-60: O PAPEL DA ESG

A partir do final dos anos 1950 e início dos anos 1960, a geopolítica ocuparia um papel de destaque na formação dos quadros militares dirigentes de nossas forças armadas. Criada em 1949, modelada no *National War College* dos Estados Unidos, a Escola Superior de Guerra (ESG) teria uma atuação destacada na difusão do pensamento geopolítico e da *Doutrina de Segurança Nacional*, calcada em elementos claramente geopolíticos.

Nessa época, o contexto mundial era marcado pela ideologia da Guerra Fria e do tensionamento das relações internacionais em decorrência da bipolaridade entre as duas grandes superpotências. Preocupados em garantir sua influência sobre uma região vital para sua estratégia geopolítica, os Estados Unidos, além das intervenções armadas que realizavam desde os anos 1930 na América Central, idealizaram para a América do Sul uma estratégia que tinha no Brasil o principal parceiro no combate à “subversão” (BANDEIRA, 2008).

A elaboração dessa estratégia foi facilitada pelo fato de que, entre as classes dirigentes brasileiras, há muito havia sido consolidada a visão de que os interesses norte-americanos na América do Sul eram convergentes com os do Brasil. Além de relações comerciais e políticas, estabeleceu-se um intenso intercâmbio entre as Forças Armadas dos dois países, com militares brasileiros comparecendo a cursos nos Estados Unidos, uma prática que ocorria desde o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Esses intercâmbios sintonizaram os militares brasileiros com os principais objetivos estratégicos norte-americanos para o hemisfério.

A ESG, como órgão diretamente subordinado ao Estado-Maior das Forças Armadas, foi central na difusão ideológica, entre elites civis e militares, dos novos conceitos de Segurança Nacional que eram elaborados em conjunto com as Forças Armadas americanas. Ela funcionou, assim, como um verdadeiro aparelho privado de hegemonia, no sentido gramsciano da palavra⁽³⁾.

(3) Aparelhos privados de hegemonia, segundo Gramsci, são instâncias associativas, de cunho voluntário, formalmente distintas da organização das empresas e das instituições estatais, e apresentam-se sob inúmeros formatos: clubes, partidos, jornais, revistas, igrejas etc. Embora muitas vezes se apresentem como descolados de qualquer embate

Após a Guerra da Coreia (1951-1953), há uma importante mudança nos conceitos de Segurança Nacional, a partir de sua *internalização*. Abandonando a perspectiva de um confronto direto entre o bloco comunista e o Ocidente liderado pelos Estados Unidos, o comunismo era visto agora como um *inimigo interno*, que se aproveitaria das contradições internas resultantes do estágio de desenvolvimento do Brasil para lançar sua influência desestabilizadora. Portanto, a Segurança Nacional não mais se limitava aos aspectos militares, mas passava a englobar em sua esfera de interesse assuntos de ordem econômica, social, diplomática e política. Era a gestação de um projeto nacional, no qual o planejamento da segurança nacional deveria subordinar as demais atividades da nação⁽⁴⁾.

Nesse sentido, a ESG se tornaria o principal centro de crítica ao Estado brasileiro, a partir de sua avaliação negativa a respeito do preparo das elites políticas para resolver os problemas sociais e da adequação das instituições políticas e governamentais para o encaminhamento de soluções para esses problemas. Sua missão, a partir dessa avaliação, será a preparação de uma elite, técnica e militarmente preparada, para o exame de questões e problemas referentes à Segurança Nacional. Sua estratégia não passaria pela mobilização de amplos setores da opinião pública, mas pelo posicionamento estratégico de quadros oriundos de seus cursos em importantes postos no aparelho de Estado e no Exército. O General Antonio Jorge Correia, ex-chefe do Estado Maior do Exército, afirma que a inspiração para a criação da ESG foi:

A consciência de que era mister criar uma elite preparada para a missão de interpretar as legítimas aspirações e autênticos interesses nacionais, de formular, através de método científico, a política e estratégia nacionais [além da] consciência de que o Brasil já possuía os requisitos para chegar à categoria de Grande Potência (e que) o desenvolvimento vinha sendo retardado pela incapacidade de planejamento e execução. (OLIVEIRA, 1976, p. 24.)

O principal expoente do pensamento da ESG foi o general Golbery do Couto e Silva (1911-1987). Adjunto do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra, ele

político-econômico, sua origem está ligada à complexificação da vida urbana capitalista e da necessidade, por parte de setores da classe dominante, de encontrar novas formas de obtenção do consentimento e obediência, por parte da classe subalterna, para a sua ideologia e organização social. Apesar de heterogêneas em suas formas organizativas e composição, têm uma importante função na criação de coesão entre os membros do tecido social e na adaptação desses membros às novas formas de sociabilidade e organização industrial trazidas pelo desenvolvimento do capitalismo. O campo de atuação desses aparelhos, então, seria principalmente no plano da “cultura”, mas com consideráveis repercussões nos campos econômico e político. Uma forma importante de cumprirem sua tarefa é se apresentarem como portadores de uma “neutralidade informativa”, no caso dos jornais, ou de “interesses nacionais”, escamoteando assim seu conteúdo de classe. Ver, a esse respeito, GRAMSCI (2001) e FONTES (2010). Embora formalmente ligada a uma instituição estatal (as Forças Armadas), a ESG, em nossa hipótese, cumpriu o mesmo papel de difusão de uma produção intelectual coletiva que visava defender os interesses da classe dominante brasileira (sua hegemonia), além de fornecer um espaço de sociabilidade que uniu militares a diversos elementos da burguesia brasileira, criando vínculos pessoais e políticos entre militares e civis que participariam do golpe contra João Goulart e passariam a ter importante influência nos governos militares, numa rede associativa que, por exemplo, teria continuidade na atuação da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), criada em 1951 para “manter o espírito das ideias” dessa instituição, e que se organiza em cursos regulares promovidos por suas delegacias estaduais.

(4) O mais lúcido expoente desse pensamento foi o general Golbery do Couto e Silva, nas teses defendidas em seu livro *Geopolítica do Brasil* (1981).

ali começou a desenvolver suas teses geopolíticas; entre elas, a da necessidade de uma associação do Estado à iniciativa privada mediante o apoio tecnocrático, de forma a fortalecer a segurança nacional.

Golbery foi uma figura central na articulação do golpe que viria a derrubar o presidente João Goulart e levar ao poder os militares identificados com os pressupostos da Doutrina de Segurança Nacional. Como diretor do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), conseguiu montar uma extensa rede de informações com a ajuda de financiamento de empresários ligados aos setores golpistas. Essas informações, logo depois do golpe, foram transferidas para o recém-formado Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em 1964, e também dirigido pelo general Golbery.

Em 1966, ele escreveu sua obra mais importante, o livro *Geopolítica do Brasil*, que teria grande destaque na comunidade de informações nacional e internacional, e apresentaria de forma mais completa suas ideias geopolíticas. Antes de tudo, a sua concepção de geopolítica possuía um caráter totalizante, que pretendia englobar e subordinar todos os ramos do conhecimento às necessidades de “segurança”:

A Geopolítica é sobretudo uma arte — arte subordinada à Política e, em particular, à Estratégia ou Política de Segurança Nacional, tratando de orientá-la à luz da geografia dos espaços politicamente organizados pelo homem. Seus fundamentos radicam, pois, em uma Geografia Política, mas seus propósitos projetam-se dinamicamente até o futuro. (...) De qualquer forma, por mais ampla que seja sua perspectiva, abarcando toda a realidade política, econômica e inclusive cultural em que se situa o Estado, superando, como é normal e talvez inevitável — quem poderá considerá-lo pernicioso? — a história, a psicologia, a sociologia e ainda a estratégia especificamente militar, a Geopolítica adota sempre o ponto de vista único e privativo — o do espaço físico —, pois este deve ser elemento não exclusivo mais sim dominante da paisagem que ela trata de interpretar, com a finalidade prática de discernir aí a margem de possibilidades que serão aproveitadas na construção da maior grandeza, do crescente progresso e da segurança interna e externa do Estado, beneficiando-se das vantagens positivas que oferece a terra e neutralizando, na medida do possível, os aspectos negativos que ela apresenta em sua imparcialidade incomovível. (COUTO E SILVA, 1981, p. 34-35.)

A geopolítica, assim, oferecia-se como um atraente instrumento ideológico de luta pelo poder, que uniria o grupo de tecnocratas que subiria ao poder com o golpe de 1964 e transformaria seus pressupostos em política de Estado, realizando na prática a “projeção continental” que o general Mário Travassos sugeria já na década de 1930. A sua força residia justamente em que apresentava uma perspectiva sedutora de realização de um “destino manifesto” latente na própria conformação geográfica e histórica do Brasil, ao mesmo tempo em que dava-lhes ferramentas capazes de racionalizar e atuar sobre uma realidade complexa. Era assim que Golbery via a posição hemisférica do Brasil:

Na verdade, o Brasil é bem um “império”⁽⁵⁾, vasto império compacto, de ampla frente marítima e dilatada fronteira continental equidistantes quase em torno do eixo de simetria

(5) O uso do termo “império” para descrever a formação histórica e social do Brasil não é accidental no pensamento de Golbery. Mais à frente, na mesma obra (p. 110), ele vai falar de “um indiscutível espírito imperialista [brasileiro],

norte-sul que vai do Cabo Orange à barra do Chuí. (...) Ocupa, sem dúvida, aquela frente marítima, uma posição um tanto marginal no caprichoso contorno do oceano mundial em que o Atlântico Sul nada mais é que um golfo ainda excêntrico. (...) Estende-se aquela fronteira terrestre, em grande parte, através do deserto em que a Hiléia domina como vastíssimo cinturão protetor. (...). É, de fato, a própria insularidade, em proporções continentais. (COUTO E SILVA, 1981, p. 108)

Dentro deste aspecto, o “heartland” brasileiro, a área do interior do Brasil para onde se deveria transferir a sede do governo a fim de estimular o povoamento da região (uma ideia antiga entre políticos e intelectuais brasileiros, concretizada com a construção de Brasília), “traz inscrito em si mesmo um destino imperial manifesto”. O general entendia por isso o alargamento da “influência dinamizadora de nosso núcleo irradiador de progresso”, uma nova “marcha para o Oeste”, que ocupasse os vazios geográficos brasileiros, dando assim um “impulso decisivo à política de continentalidade”.

Outro eixo central de sua concepção era de que a segurança nacional do Brasil exigia o integral posicionamento do Brasil com o “Ocidente” (ou seja, os Estados Unidos), em confronto com o bloco soviético. No mundo polarizado de então, a realização do “destino imperial manifesto” brasileiro estaria em estreita conjunção com a sua aliança com os Estados Unidos, para assegurar a manutenção do *status quo* no Hemisfério Sul:

Quando entre nossos vizinhos hispano-americanos recrudescer indisfarçável uma oposição aos Estados Unidos que se mascara de Terceira Posição⁽⁶⁾ ou que outro rótulo tenha (...) o Brasil parece estar em condições superiores, por sua economia não-competitiva, por sua larga e comprovada tradição de amizade e, sobretudo, pelos triunfos de que dispõe para uma barganha leal — o manganês, as areias monazíticas, as posições estratégicas do Nordeste e da embocadura amazônica com seu tampão de Marajó — de negociar uma aliança bilateral mais expressiva, que não só nos assegure os recursos necessários para concorrermos substancialmente na segurança do Atlântico Sul e defendermos, se for o caso, aquelas áreas brasileiras tão expostas a ameaças extracontinentais contra um ataque envolvendo ao território norte-americano via Dacar-Brasil-Antilhas. (...). (COUTO E SILVA, 1981, p. 248.)

Para terminar nossa exposição sobre os principais geopolíticos brasileiros, devemos citar o general Meira Mattos (1913-2007), adido militar na Bolívia em 1965 e vice-chefe do gabinete militar do governo Castelo Branco. Sua importância está mais em ser um divulgador das ideias anteriores do que por alguma contribuição original. No entanto, ele teve enorme influência sobre grande número de quadros civis e militares do regime militar por seu ufanismo e otimismo, que pareciam dar um embasamento científico ao clima de euforia vivido nos anos 1970.

alerta e vigoroso, muitas vezes até mesmo incontinente e extravagante, que bem traduz uma herança duradoura daqueles insuperáveis desbravadores de todo um continente intacto em quem Saint-Hilaire viu, outrora, uma formidável “raça de gigantes”.

- (6) Pela referência à Terceira Posição, Golbery tinha em mente a Argentina, que continuava a ser a maior rival brasileira na América do Sul, e cujo regime populista do General Perón tentava se manter afastado das pressões norte-americanas apelando para uma “terceira posição” entre o bloco ocidental liderado pelos EUA e o mundo socialista liderado pela União Soviética.

Quanto à concepção tavariana sobre o triângulo boliviano, Meira Mattos é um fiel partidário dela. Em um artigo publicado na Folha de São Paulo (16.06.2006), após as nacionalizações efetuadas pelo governo Evo Morales, ele analisa a instabilidade boliviana como sendo um produto da sua posição geográfica, dando a entender sua inviabilidade como país. Apesar da extensão, vale a pena citá-lo quase na íntegra:

A Bolívia nasceu historicamente fadada à instabilidade política. Em 1824, após vencer os espanhóis em Ayacucho, conquistando o Peru, Bolívar enviou o general Sucre ao Alto Peru (hoje Bolívia), a fim de expulsar o restante das forças espanholas que lá haviam se refugiado. (...)

Documentos históricos registram que ao receber a comunicação de Sucre sobre a criação do novo Estado, o libertador em carta censurou o seu general, por ter concordado com a fundação de um Estado independente em região geopoliticamente dependente e que seria um foco permanente de instabilidade. (...) A previsão de Bolívar realizou-se. Desde sua independência, em 1826, a Bolívia vive um ambiente de constante instabilidade política e social. Nasceu com cerca de 2 milhões de km². Durante os seus primeiros cem anos de existência, perdeu para seus vizinhos — Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Brasil (Acre) — cerca de metade de seu território inicial. (...) A profética antevisão de Simón Bolívar, fundada na sua intuição geopolítica, provinha da avaliação de uma realidade geográfica potencial quando se trata de constituir uma unidade política coesa.

O território do Alto Peru é formado pelas partes interiores, secundárias, de duas grandes bacias hidrográficas, Prata e Amazônica, e de um trecho intermediário do sistema andino. (...) Todas essas três partes são dependentes geográficas e naturalmente submetidas à atração política do centrefugismo do eixo dos sistemas: a bacia do Prata corre para a sua foz no Atlântico Sul. A bacia Amazônica puxa para sua foz do Atlântico Norte e a porção andina do país, a menos ecumenizada, não pode subtrair-se da vinculação com os segmentos norte e sul do sistema andino. (...) A esses fatores de uma geografia dispersiva veio agravar a perda de seu litoral no Pacífico na guerra contra o Chile (1879-1884), que o tornou um país mediterrâneo.(...)

Por tudo o que foi exposto, podemos ver o determinismo geográfico como componente ideológico importante na construção da visão geopolítica brasileira. Desde Mário Travassos, a Bolívia é considerada um país “historicamente”⁽⁷⁾ fadado à instabilidade, sem unidade territorial, presa de influências geográficas conflitantes e, portanto, passível de ser “capturado” para a órbita de um vizinho mais forte. A penetração brasileira na Bolívia, assim, estava justificada pela geografia e era vista como uma necessidade e prolongamento natural da integração e ocupação do nosso território, em especial na região amazônica, se quiséssemos neutralizar a ameaça representada pela Argentina.

(7) Em verdade, a visão geopolítica brasileira, no que concerne aos países menores, como Bolívia e Paraguai, nada tem de histórica, é uma construção ideológica que usa o determinismo geográfico como uma justificativa *pos facto* de um processo que possui causas que vão além da geografia. É interessante observar que o próprio Travassos não partilha em muitos casos desse determinismo de seus sucessores. Uma leitura crítica de sua obra *Projeção Continental* mostra que, como observador atento dos fatores naturais e humanos, ele procurava chamar atenção para o fato de que, apesar de suas vantagens naturais proporcionadas pela geografia, o Brasil poderia perder a disputa pela supremacia sul-americana porque, ao contrário da Argentina, não possuía uma política de transportes coerente e sistemática que integrasse o seu território e o ligasse aos países vizinhos. Mais do que um apologista de uma suposta “grandeza natural” do Brasil, ele buscava despertar nos estadistas e militares da época a necessidade de uma política de Estado que levasse em conta os aspectos geográficos para a planificação do desenvolvimento do território.

Uma vez tendo acesso aos mecanismos de tomada de decisão do Estado, os tecnocratas adeptos das ideias geopolíticas irão orientar as políticas estatais embasados nesta concepção, procurando “neutralizar” os pontos fracos do território e trazer para a órbita da influência brasileira o eixo econômico da Bolívia e Paraguai, transformando esses dois países em virtuais “satélites” brasileiros, enfraquecendo assim a Argentina como a principal rival ao projeto de hegemonia brasileira.

Na década de 1970, um importante marco nas relações entre Brasil e Bolívia se deu com o Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, assinado em janeiro de 1974 entre os presidentes Banzer e Geisel na cidade de Cochabamba. Nele, o gás aparecia pela primeira vez como uma pauta importante: a Bolívia se comprometia a fornecer ao Brasil 240 milhões de pés cúbicos diários (MMPCD) de gás natural, por um período de vinte anos. Além disso, tal acordo previa uma série de disposições a respeito de financiamentos, garantias e assistência técnica extremamente desvantajosas para a Bolívia, transformando-a em uma reserva de mercados para produtos brasileiros, além de comprometer a totalidade das reservas bolivianas de gás natural para o fornecimento à indústria paulista. Outro ponto importante foi o projeto de construção de estradas, que visavam conectar o centro-sul do Brasil a um porto no Pacífico, reduzindo assim o tempo de transporte das mercadorias brasileiras para o mercado asiático em expansão.

Não foi possível implementar tal acordo na época, em parte por causa das dificuldades econômicas decorrentes da crise da dívida, em parte por causa da violenta reação que suscitou na sociedade boliviana⁽⁸⁾. Mas o que importa é assinalar que este acordo pode ser visto como o marco inicial que irá balizar todos os acordos posteriores de cooperação entre os dois países. Mesmo após o fim das ditaduras militares, todos os acordos realizados por Brasil e Bolívia serão norteados por dois pontos fundamentais: 1) o Brasil tentaria garantir para si grandes reservas de gás boliviano para sua indústria; e 2) tentaria envolver a Bolívia em um esquema de integração econômica cujas diretrizes, emanadas da concepção de regionalismo aberto, destinam a ela o papel de país de trânsito de mercadorias destinadas à exportação e fornecedor de matérias-primas baratas (CARPIO, 2010). A controvérsia acerca das novas nacionalizações do atual governo Evo Morales, ou das construtoras brasileiras que operam no país, são apenas alguns dos episódios mais recente de uma história cujos primórdios remontam à década de 1930.

CONCLUSÃO

Este artigo procurou entender os pressupostos ideológicos que orientaram as ações políticas e diplomáticas do Estado brasileiro em relação à Bolívia, país que muito cedo adquiriu grande importância para os nossos estrategistas militares e civis, graças a sua posição no centro do continente e sua riqueza em recursos minerais. Por isso, nos demoramos em analisar o desenvolvimento do pensamento geopolítico brasileiro,

(8) Uma extensa e detalhada análise desses acordos está em QUIROGA SANTA CRUZ, Marcelo. *Oleocracia o Patria*. La Paz: Plural Editores, 1977.

com as contribuições de Mário Travassos e seus seguidores, que partiam de uma perspectiva de fortalecimento do Estado e neutralização de possíveis ameaças à integridade territorial brasileira. Por muito tempo, a geopolítica brasileira se orientou em função da rivalidade com a Argentina. Após essa ter abandonado qualquer perspectiva de alcançar uma hegemonia no Cone Sul, ela passa a aceitar acordos de integração regional capitaneados pelo Brasil (como o MERCOSUL). E, com isso, a histórica oscilação dos países mediterrâneos (Paraguai e Bolívia) entre os dois principais países do subcontinente não será mais possível, levando-os também a buscarem a integração comercial sob a égide brasileira.

Com isso, empresas brasileiras nos setores de construção, agropecuária e mineração encontram um ambiente favorável para a expansão de suas atividades no resto da América do Sul, num momento de fortalecimento do papel internacional do Brasil. O movimento geopolítico visando a hegemonia sobre a América do Sul, imaginado nos anos 1930 por Mário Travassos, encontra na integração regional (com seus ambiciosos projetos de integração física, como estradas, hidrelétricas e hidrovias) uma nova atualização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Formação do Império Americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos*. Revista Espaço Acadêmico: São Paulo, n. 89, outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/089/89bandeira.pdf>>.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A Guerra do Chaco*. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, p. 162-197, v. 41, nº 1, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291998000100008&script=sci_arttext>.
- BERNAL-MEZA, Raul. *Argentina y Brasil en la política internacional: regionalismo y MERCOSUR (estratégias, cooperação y factores de tensión)*. Disponível em: <<http://www.academico.com/tese-dissertacao/argentina-y-brasil-en-la-politica-internacional-regionalismo-y-mercotur-estrategias-cooperacion-y-factores-de-tension>>.
- CARPIO, Silvia Molina. *Corredor Norte: Nación integrada o país de tránsito*. La Paz: FOBOMADE, 2010.
- CHIAVENATO, Júlio José. *Geopolítica, arma do fascismo*. São Paulo: Ed. Global, 1981.
- COUTO E SILVA, Golbery. *Conjuntura Política Nacional, o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981.
- DAVILA, Anapaula Iacovino. *Itaipu e Gasoduto Brasil-Bolívia: Estratégias geopolíticas na América Latina?* Disponível em: <<http://www.americalatina.org.br/internas.php?noticias=&interna=22140>>.
- FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2010.
- LIMA, Maria Regina Soares de. *A Economia Política da Política Externa Brasileira: Uma proposta de análise*. Contexto Internacional, Rio de Janeiro: p. 7-28, nº 12, jul./dez. 1990.
- MEIRA MATTOS, Carlos de. *A geopolítica e as projeções do poder*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.
- MEIRA MATTOS, Carlos de. *Brasil, geopolítica e destino*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. *As Forças Armadas: Política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976.

QUIROGA SANTA CRUZ, Marcelo. *Oleocracia o Patria*. La Paz: Plural Editores, 1977.

SILVEIRA, Helder Gordim. A Visão Militar Brasileira da Guerra do Chaco. *Revista Antíteses*. Londrina: p. 649-667, v. 2, nº 4, jul./dez. 2009.

SOUZA, Angelita Matos. *O expansionismo nos governos Lula e o BNDES*. Disponível em: <<http://www.red.unb.br/index.php/MED/article/viewArticle/581>>.

TRAVASSOS, Mário. *Projeção continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.